

16 de dezembro de 2021

Censos 2021

CENSOS 2021 – DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS PROVISÓRIOS

O INE divulga os Resultados Provisórios do XVI Recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da Habitação - Censos 2021, 8 meses após o momento censitário (19 de abril), antecipando desta forma a data prevista no Programa de Ação para os Censos 2021 - fevereiro de 2022. Esta antecipação foi possível devido à elevada adesão da população à resposta pela Internet e à eficácia do sistema de tratamento e validação dos dados.

Os Resultados Provisórios decorrem de uma fase intermédia do processo de tratamento e validação da informação, constituindo o segundo momento de divulgação dos Censos 2021, e permitem fornecer um conjunto de informação censitária de elevado interesse para o conhecimento da população e do parque habitacional do país.

Os Resultados Provisórios dos Censos 2021 indicam que a população residente em Portugal é de 10 344 802 pessoas.

Na última década, o país registou um decréscimo populacional de 2,1% e acentuaram-se os desequilíbrios na distribuição da população pelo território, com uma maior concentração da população no litoral e junto à capital. Agravou-se também o fenómeno de envelhecimento da população, com o aumento expressivo da população idosa e a diminuição da população jovem: em 2021 existem 182 idosos por cada 100 jovens.

A população estrangeira residente em Portugal cresceu cerca de 40% face a 2011, fixando-se em 555 299 pessoas.

O nível de escolarização da população aumentou de forma significativa nos últimos 10 anos, com o reforço da população com ensino superior e com o ensino secundário e pós secundário.

Aumentou ainda, face a 2011, o número de pessoas que vivem sozinhas e diminuiu a dimensão média dos agregados domésticos privados.

No que respeita ao parque habitacional, Portugal registou um ligeiro crescimento do número de edifícios e de alojamentos destinados à habitação, embora num ritmo bastante inferior ao verificado em décadas anteriores.

Reforçou-se ligeiramente o peso da primeira habitação em detrimento das residências secundárias.

Em 2021, 70% dos alojamentos são ocupados pelo proprietário, embora esta percentagem tenha vindo a decrescer nas últimas décadas. Por sua vez, os alojamentos arrendados registaram um aumento de 16% face a 2011.

CENSOS 2021 – Resultados Provisórios



Disponíveis no portal do INE e acessíveis a partir da Plataforma de Divulgação dos Censos 2021, os Resultados Provisórios dos Censos 2021 disponibilizam 17 indicadores estatísticos ao nível geográfico de freguesia, em censos.ine.pt

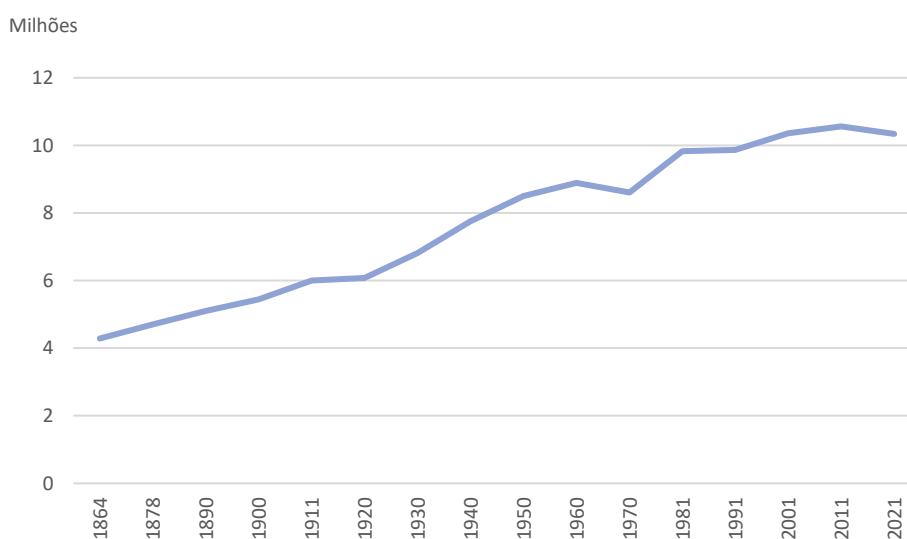
Portugal regista na última década um decréscimo populacional de 2,1%

Segundo os Resultados Provisórios dos Censos 2021, residiam em Portugal à data do momento censitário, dia 19 de abril de 2021, 10 344 802 pessoas, das quais 4 921 170 eram homens e 5 423 632 mulheres.

Nos últimos 10 anos a população residente em Portugal reduziu-se em 217 376 pessoas, representando um decréscimo populacional de 2,1%. Esta redução da população foi resultado do saldo natural negativo verificado na década (-250 066 pessoas¹), na medida em que o saldo migratório, ainda que ligeiramente positivo, não foi suficiente para inverter a quebra populacional.

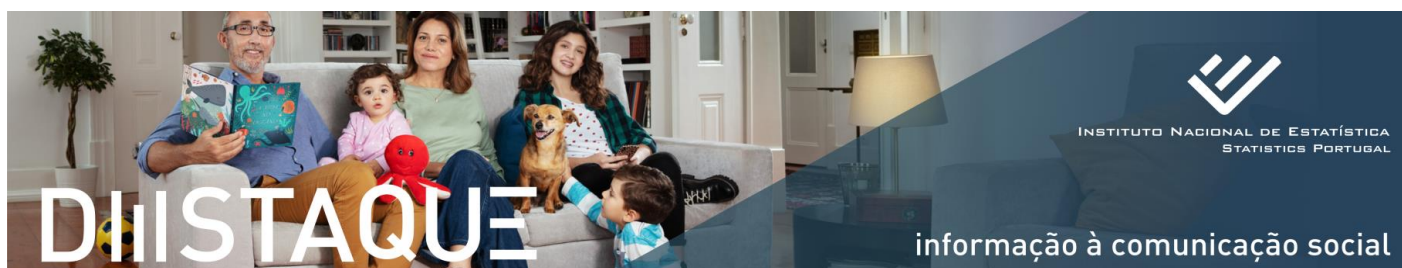
Em termos censitários, o país apenas tinha registado uma redução do seu efetivo populacional nos Censos de 1970, como resultado da elevada emigração verificada na década de 60.

Figura 1. População Residente em Portugal, 1864 - 2021



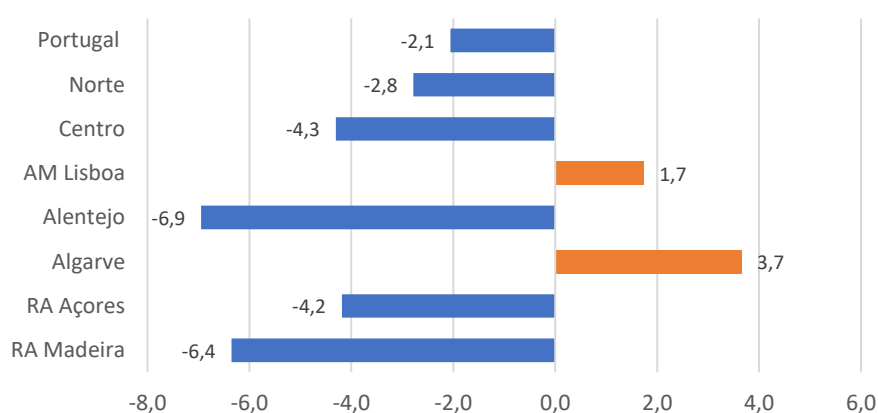
Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

¹ Saldo Natural - valores provisórios



Em termos regionais, o Algarve (3,7%) e a Área Metropolitana de Lisboa (1,7%) foram as únicas regiões NUTS II que registaram um crescimento da população entre 2011 e 2021. As restantes regiões viram decrescer o seu efetivo populacional, com o Alentejo e a Região Autónoma da Madeira a registarem as descidas mais significativas, -6,9% e -6,4%.

Figura 2. Variação da população residente, 2011 - 2021, NUTS II (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Na última década acentuaram-se os desequilíbrios na distribuição da população pelo território

A evolução demográfica da última década ao nível do município permite verificar que os territórios localizados no interior do país perdem população e que os municípios que registam um crescimento populacional se situam predominantemente no litoral, com uma concentração em torno de Lisboa e no Algarve. Acentuaram-se desta forma os **padrões de litoralização** do país e o **movimento de concentração** da população junto da capital, fenómenos que se têm vindo a reforçar nas últimas décadas.

Cerca de 50% da população residente em Portugal concentra-se em apenas 31 municípios, localizados maioritariamente na Área Metropolitana de Lisboa e na Área Metropolitana do Porto.

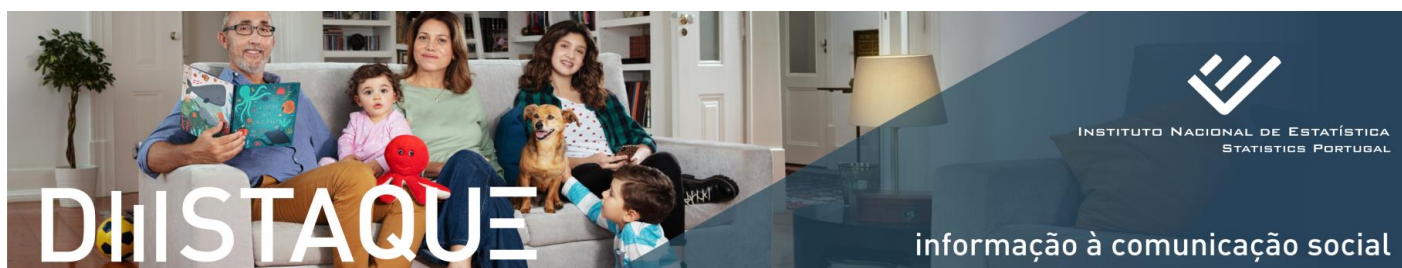
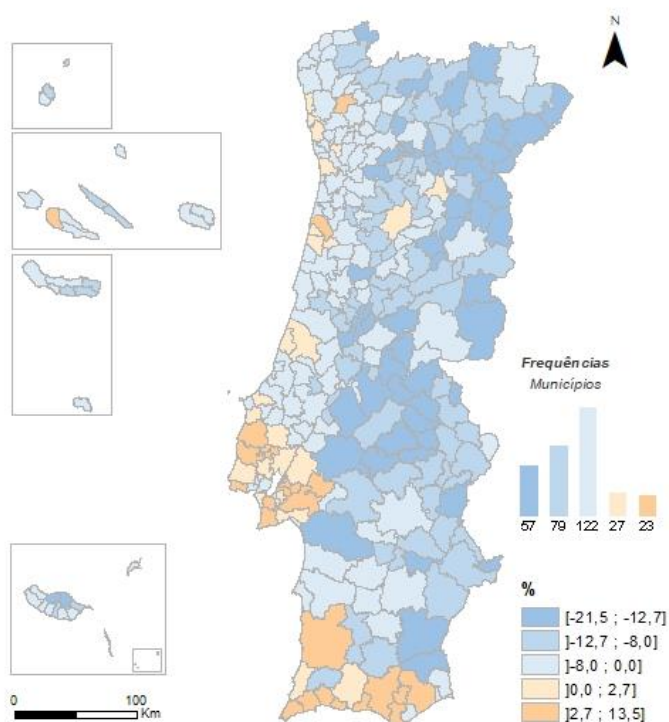


Figura 3. Variação da população residente, 2011 - 2021, Município (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Em termos relativos, os municípios que registaram os acréscimos populacionais mais significativos na última década foram Odemira (13,5%) e Mafra (12,8%) seguindo-se Palmela, Alcochete, Vila do Bispo e Montijo com valores situados entre os 9,6% e os 8,7%.

No extremo oposto, Barrancos, Tabuaço, Torre do Moncorvo e Nisa foram os municípios que observaram os decréscimos populacionais mais expressivos, com valores superiores a 20%.

A variação da população residente nos municípios com maiores efetivos populacionais, mostra que Lisboa, Porto, Matosinhos e Oeiras perdem população, enquanto os restantes registam pequenos crescimentos, com o município de Braga a registar o valor mais expressivo (6,5%).



Figura 4. Os 10 Municípios mais populosos, 2011 -2021

Município	População residente		Variação 2011-2021	
	2011	2021	Nº	%
Lisboa	552 700	545 923	-6 777	-1,2
Sintra	377 835	385 654	7 819	2,1
Vila Nova de Gaia	302 298	303 854	1 556	0,5
Porto	237 591	231 828	-5 763	-2,4
Cascais	206 479	214 158	7 679	3,7
Loures	199 494	201 632	2 138	1,1
Braga	181 494	193 349	11 855	6,5
Almada	174 030	177 268	3 238	1,9
Matosinhos	175 478	172 586	-2 892	-1,6
Oeiras	172 120	171 767	-353	-0,2

Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Aumentou a diferença entre o volume populacional dos homens e das mulheres

Em 2021, a população masculina recenseada em Portugal é de 4 921 170 e a população feminina 5 423 632. A relação de masculinidade é de 90,7 homens por 100 mulheres, refletindo um maior desequilíbrio entre os volumes populacionais dos dois sexos, comparativamente com 2011, ano em que esta relação era de 91,5 homens por 100 mulheres.

O número de homens é superior ao de mulheres nos grupos etários dos 0 aos 14 anos e dos 15 aos 24 anos, sendo que no grupo com idades acima dos 65 anos o número de homens é significativamente inferior ao de mulheres, valores que resultam dos maiores níveis de mortalidade da população masculina.

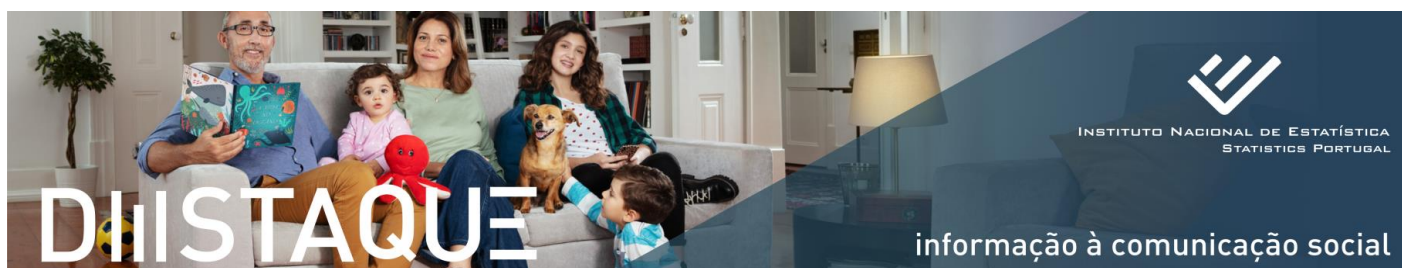


Figura 5. População residente por grupo etário e sexo, 2011 -2021

Grupo etário	Número					
	2021			2011		
	HM	H	M	HM	H	M
Total	10 344 802	4 921 170	5 423 632	10 562 178	5 046 600	5 515 578
0-14 anos	1 331 396	682 370	649 026	1 572 329	803 999	768 330
15-24 anos	1 088 333	556 311	532 022	1 147 315	581 548	565 767
25-64 anos	5 500 951	2 645 445	2 855 506	5 832 470	2 818 729	3 013 741
65 ou mais anos	2 424 122	1 037 044	1 387 078	2 010 064	842 324	1 167 740

Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Nos últimos dez anos agravou-se o envelhecimento da população: reduziu-se a população jovem e em idade ativa e aumentou a população idosa

Entre 2011 e 2021 verificou-se uma diminuição da população em todos os grupos etários, com excepção do grupo da população idosa (dos 65 e mais anos) que teve um crescimento de 20,6%. O grupo da população jovem (0-14 anos) foi o que sofreu a redução mais significativa (-15,3%). O decréscimo da população jovem em idade ativa (15-24 anos) foi de -5,1% e o da população entre os 25 e os 64 anos de -5,7%.

Desta forma, agravou-se o fenómeno do duplo envelhecimento da população, caracterizado pelo aumento da população idosa e pela redução da população jovem. Em 2021, a percentagem de população idosa representa 23,4% enquanto a de jovens (0-14 anos) é de apenas 12,9%.

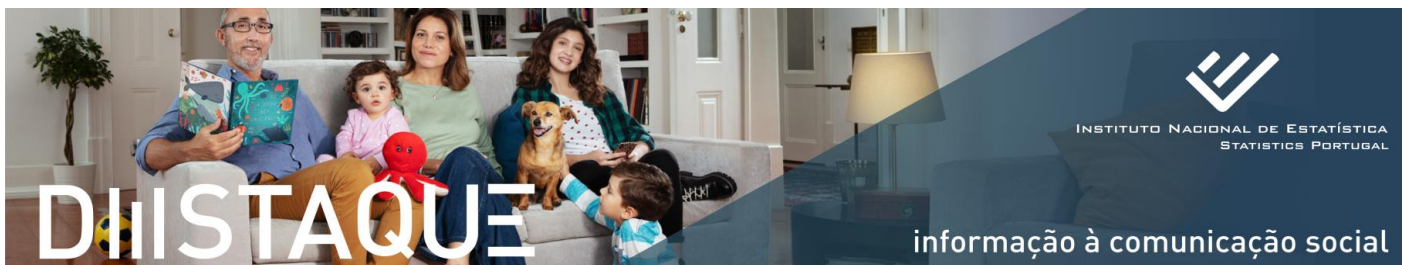
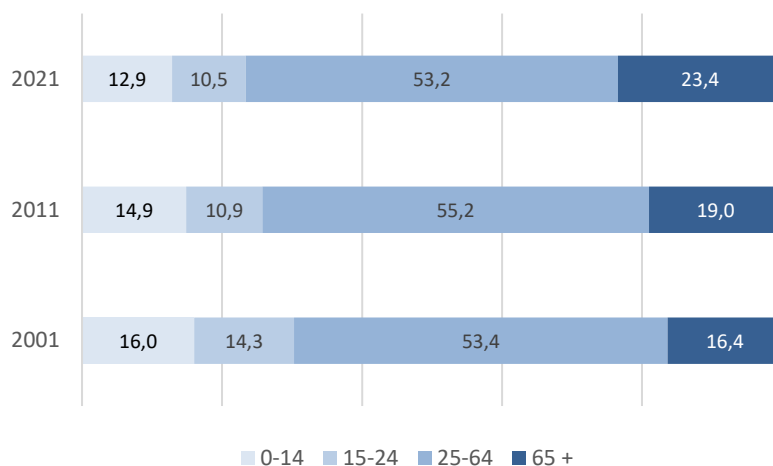


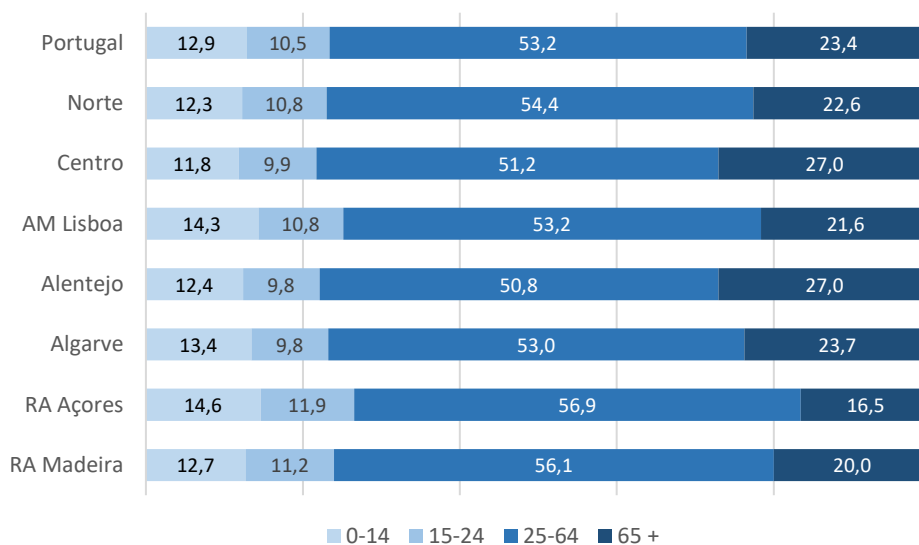
Figura 6. População residente por grupo etário, 2001 - 2021 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

A Região Autónoma dos Açores apresenta as percentagens de população jovem (0-14 anos) e de jovem ativa (15-24 anos) mais elevadas, com valores de 14,6% e 11,9% respetivamente, a par dos valores mais baixos de população idosa, 16,5%. No lado oposto, a região Centro regista o valor mais baixo para o grupo dos 0 aos 14 anos (11,8%) e, a par com o Alentejo, o valor mais expressivo da população idosa (27,0%).

Figura 7. População residente por grupo etário, 2021, NUTS II (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

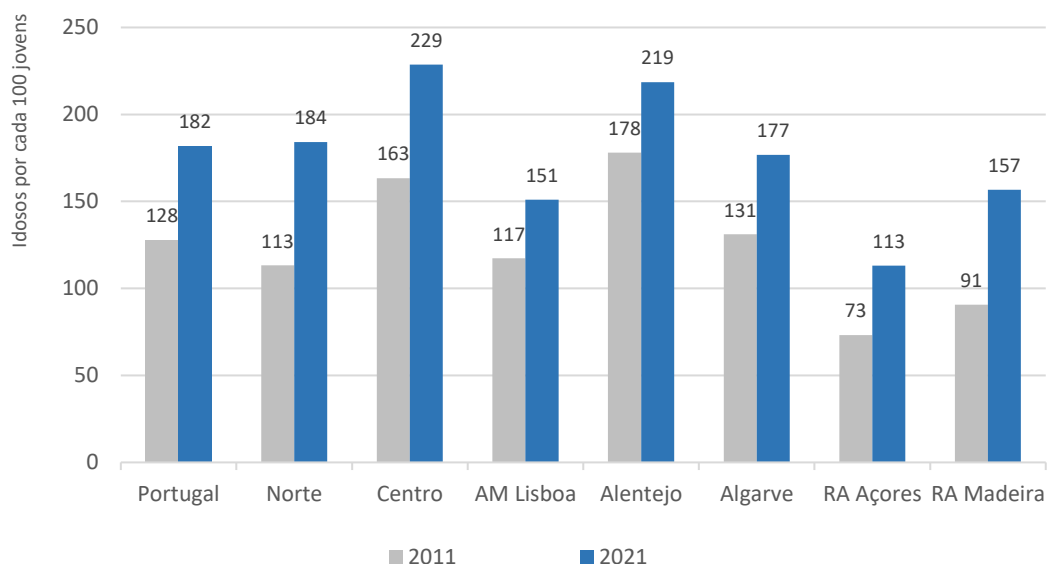


Em 2021 existem 182 idosos por cada 100 jovens

O envelhecimento demográfico em Portugal continuou a acentuar-se de forma muito expressiva, salientando os desequilíbrios já evidenciados na década anterior. De acordo com os Censos 2021, dados provisórios, o índice de envelhecimento da população, indicador que compara a população com 65 e mais anos com a população dos 0 aos 14 anos, é de 182, ou seja, existem 182 idosos por cada 100 jovens. Este índice era de 128 em 2011 e 102 em 2001.

O aumento do índice de envelhecimento é comum a todas as NUTS II, com as regiões do Centro e Alentejo a apresentarem os valores mais elevados em 2021, com 229 e 219 idosos por cada 100 jovens, respetivamente. Em contrapartida, a Região Autónoma dos Açores, Área Metropolitana de Lisboa e Região Autónoma da Madeira têm os índices mais baixos com 113, 151 e 157.

Figura 8. Índice de envelhecimento, 2011 - 2021, NUTS II

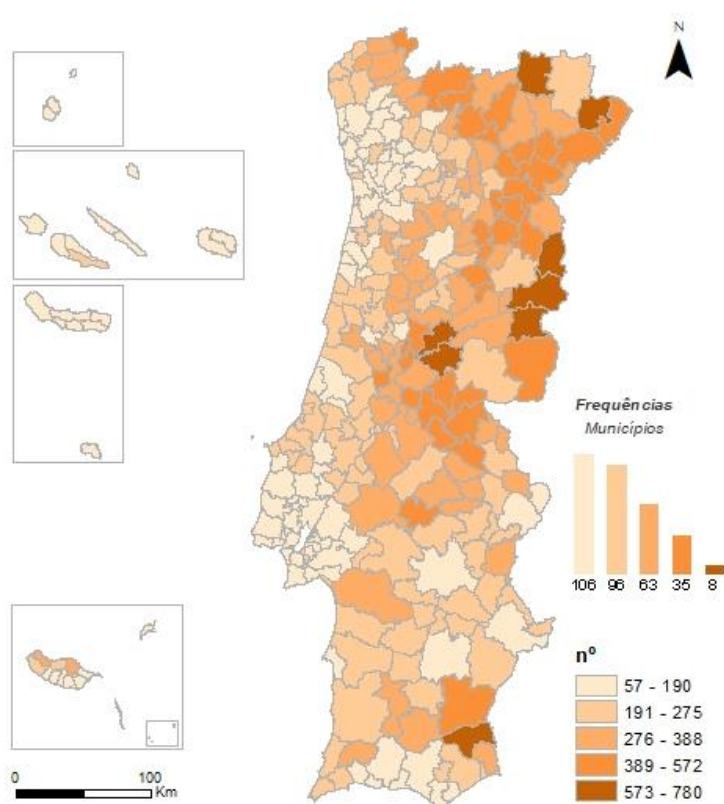


Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação



A análise do índice de envelhecimento a nível de município mostra uma dicotomia generalizada entre o litoral e o interior do país, com as regiões Centro e Norte a concentrarem os territórios mais envelhecidos.

Figura 9. Índice de envelhecimento, 2021, Município



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Oleiros, Alcoutim e Almeida são os municípios do país mais envelhecidos, com um índice de envelhecimento de 780, 759 e 722 idosos por cada 100 jovens, respetivamente. Em contrapartida, Ribeira Grande (57), Lagoa (RAA) (78) e Santa Cruz (98) registam os índices de envelhecimento mais baixos, sendo os únicos três municípios do país onde os valores da população jovem são superiores aos da população idosa.

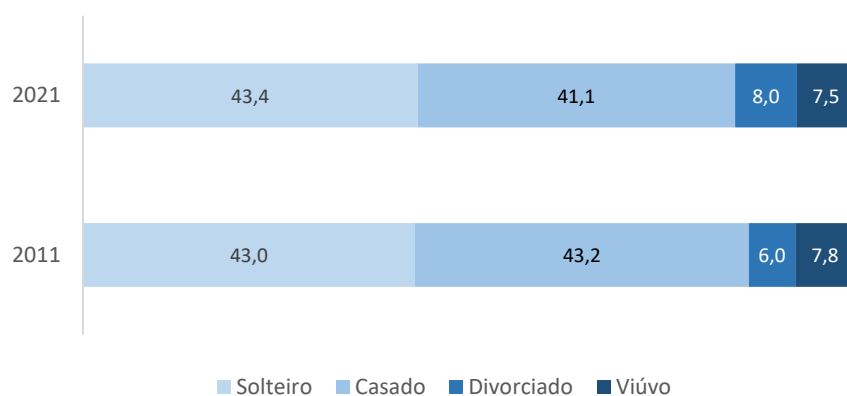


Nos últimos 10 anos aumentou a importância relativa da população divorciada

Os dados provisórios dos Censos 2021 indicam que cerca de 43,4% da população residente em Portugal é solteira. O grupo da população com estado civil casado representa 41,1% sendo que as restantes categorias do estado civil, divorciado e viúvo, têm valores de 8,0 % e 7,5%.

Face a 2011, as alterações mais significativas são a perda de importância relativa da população casada (em 2,1 pontos percentuais (p.p.), a par do reforço da população divorciada (2,0 p.p.). De notar ainda que, pela primeira vez, a população com estado civil divorciado passa a ser superior ao valor da população com estado civil viúvo.

Figura 10. População residente por estado civil, 2011 -2021, (%)

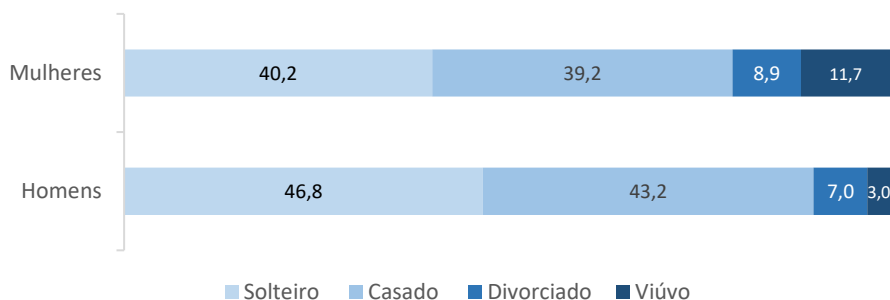


Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

A análise do estado civil por sexo evidencia algumas diferenças entre homens e mulheres. Os homens têm uma maior representatividade no estado civil solteiro e as mulheres estão mais representadas no estado civil viúvo. A proporção de homens solteiros é de 46,8% face a 40,2% de mulheres solteiras. A proporção de mulheres viúvas é de 11,7% enquanto que a de homens viúvos é de apenas 3,0%.



Figura 11. População residente por estado civil e sexo, 2021, (%)



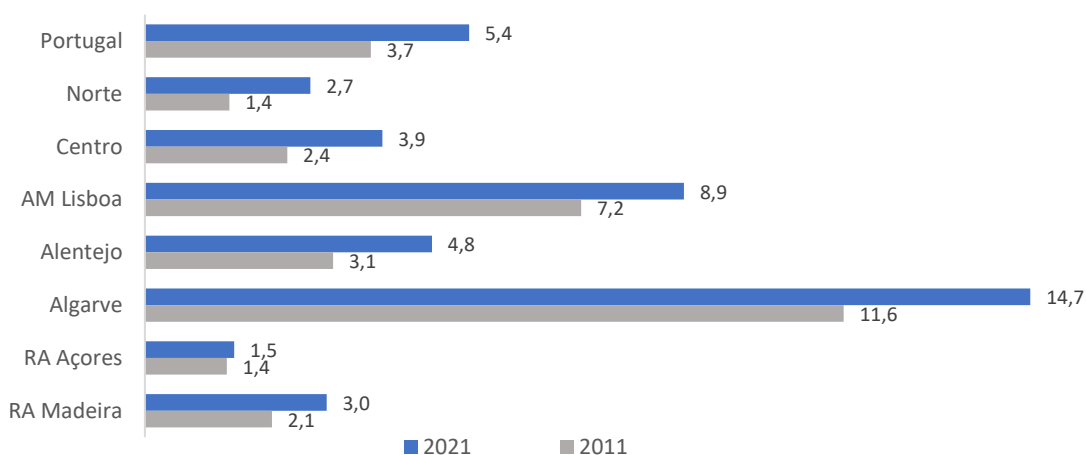
Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

População de nacionalidade estrangeira aumentou cerca de 40% na última década

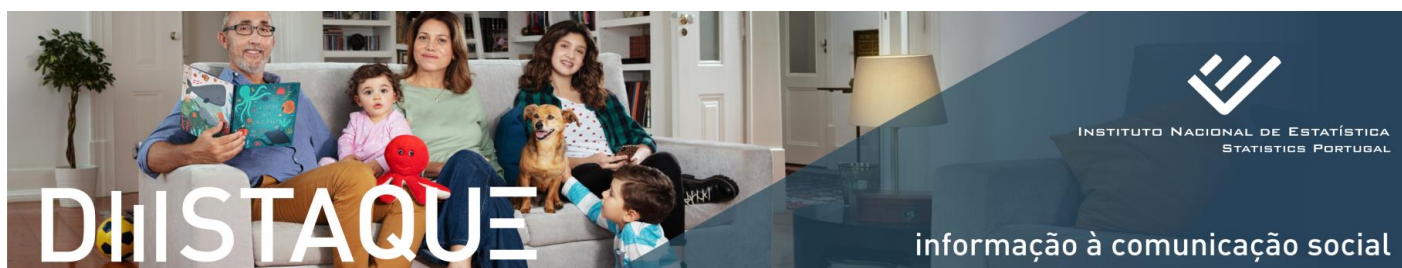
À data da realização dos Censos 2021, residiam em Portugal 555 299 pessoas de nacionalidade estrangeira, o que representava 5,4% do total da população, valor superior aos 3,7% verificados em 2011. Da população estrangeira residente em Portugal, 452 231 são nacionais de um país não pertencente à União Europeia, grupo que representa 81,4% do total de estrangeiros.

Na última década, a população estrangeira cresceu cerca de 40,6% e reforçou a sua importância relativa em todas as regiões NUTS II.

Figura 12. População residente de nacionalidade estrangeira, 2011 -2021, (%)



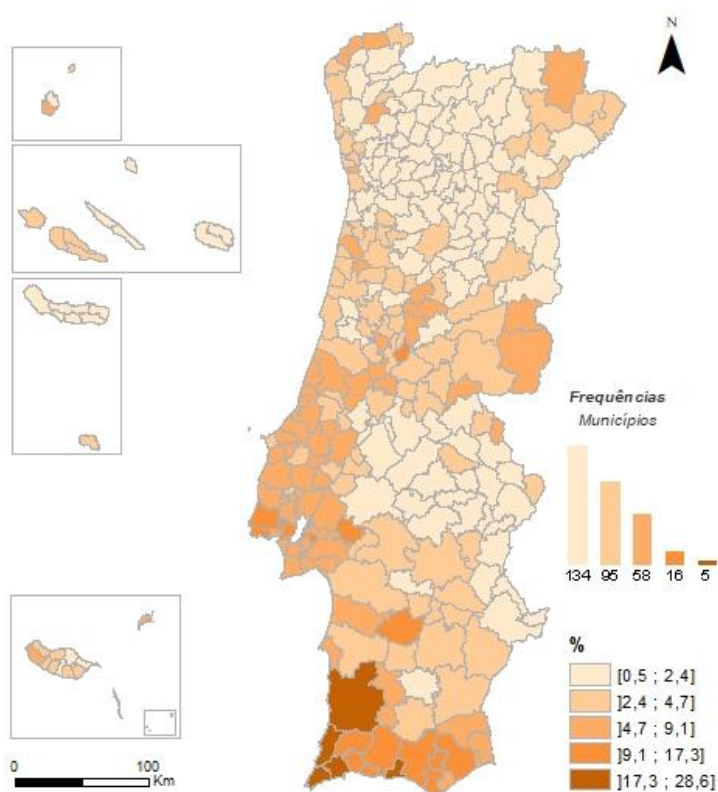
Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação



Em termos regionais, a população estrangeira tem maior representatividade no Algarve e na Área Metropolitana de Lisboa, com 14,7% e 8,9% respetivamente. Na situação oposta está a Região Autónoma dos Açores, onde apenas 1,5% da população residente na região é de nacionalidade estrangeira.

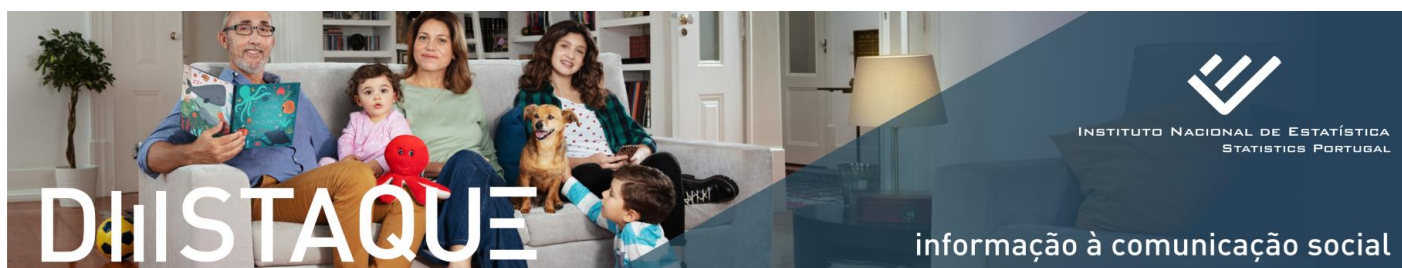
Em termos de distribuição geográfica da população com nacionalidade estrangeira ao nível do município, verifica-se uma diferenciação entre o norte e o sul do país, localizando-se a grande maioria dos municípios com as proporções mais elevadas de população estrangeira na região do Algarve e na Área Metropolitana de Lisboa. Odemira (28,6%), Alzejur (26,3%), Vila do Bispo (26,1%) Lagos (23,4%) e Albufeira (20,4%) são os municípios onde a população estrangeira é mais representativa. Em contrapartida, existem 13 municípios onde a população estrangeira é inferior a 1% da população residente, com os municípios de Barrancos e Mesão Frio (ambos com 0,5%) e Gavião (0,6%) a registarem os valores mais baixos.

Figura 13. População residente de nacionalidade estrangeira, 2021, Município (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

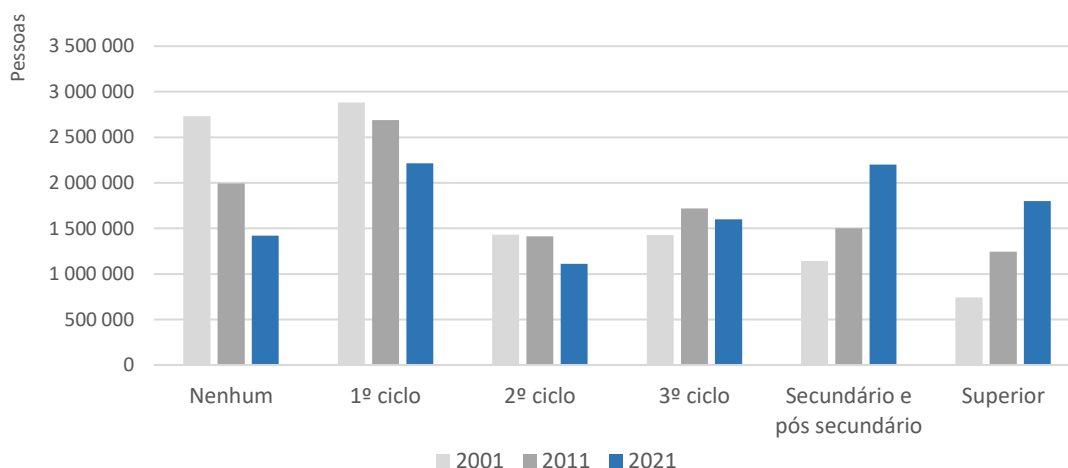
CENSOS 2021 – Resultados Provisórios



Na última década assistiu-se ao reforço do nível de escolaridade na população residente em Portugal.

Na última década, o nível de escolaridade da população aumentou de forma significativa, com o reforço da população com ensino superior e com o ensino secundário e pós secundário. Os Censos 2021 – dados provisórios - revelam que a população com ensino superior é de 1 800 101 indivíduos, representando 17,4% do total de população residente. Este valor era de 11,8% em 2011 e de apenas 7,2% em 2001. Também a população com ensino secundário e pós secundário progrediu de forma significativa, aumentando de 14,2% em 2011 para 21,3% em 2021.

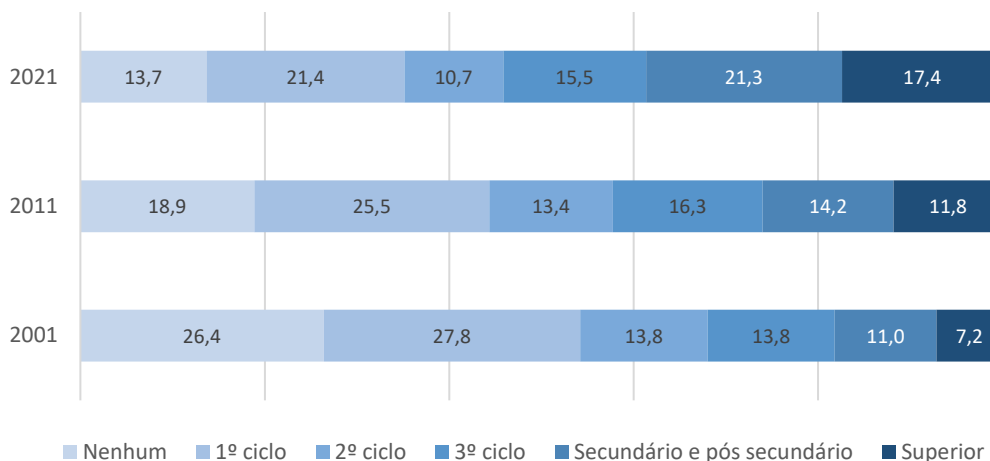
Figura 14. População residente por nível de ensino completo, 2001 -2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

A percentagem de população sem nenhum nível de ensino completo é de 13,7%. O nível de escolaridade correspondente ao 1º ciclo do ensino básico abrange 21,4% da população, enquanto os 2º e 3º ciclos do ensino básico representam 10,7% e 15,5%, respetivamente.

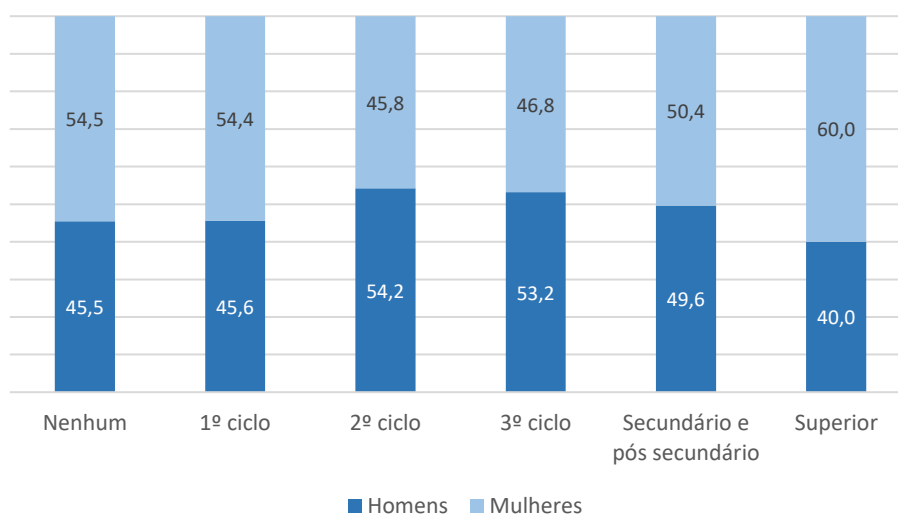
Figura 15. População residente por nível de ensino completo, 2001 – 2021, (%)



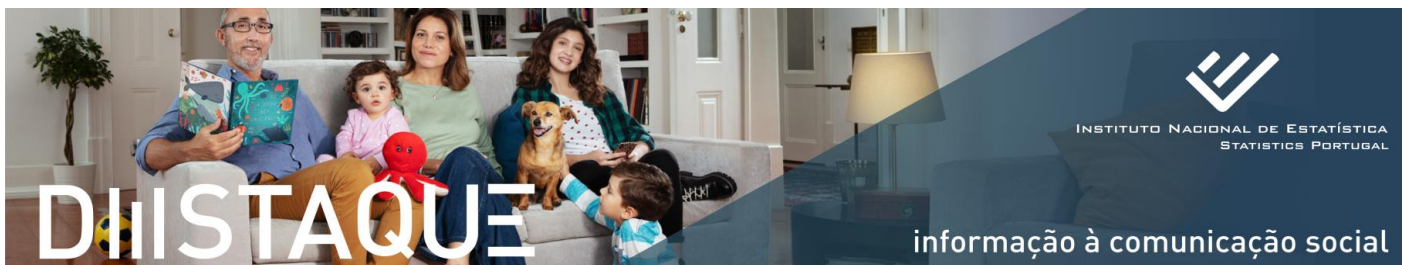
Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

A análise do nível de escolaridade por sexo mostra algumas diferenças entre homens e mulheres: do total de população que possui o ensino superior completo, cerca de 60% são mulheres. Esta predominância de mulheres verifica-se também na categoria sem nenhum nível de ensino (54,5%) e no 1º ciclo do ensino básico (54,4%).

Figura 16. População residente por nível de ensino completo e sexo, 2021, (%)



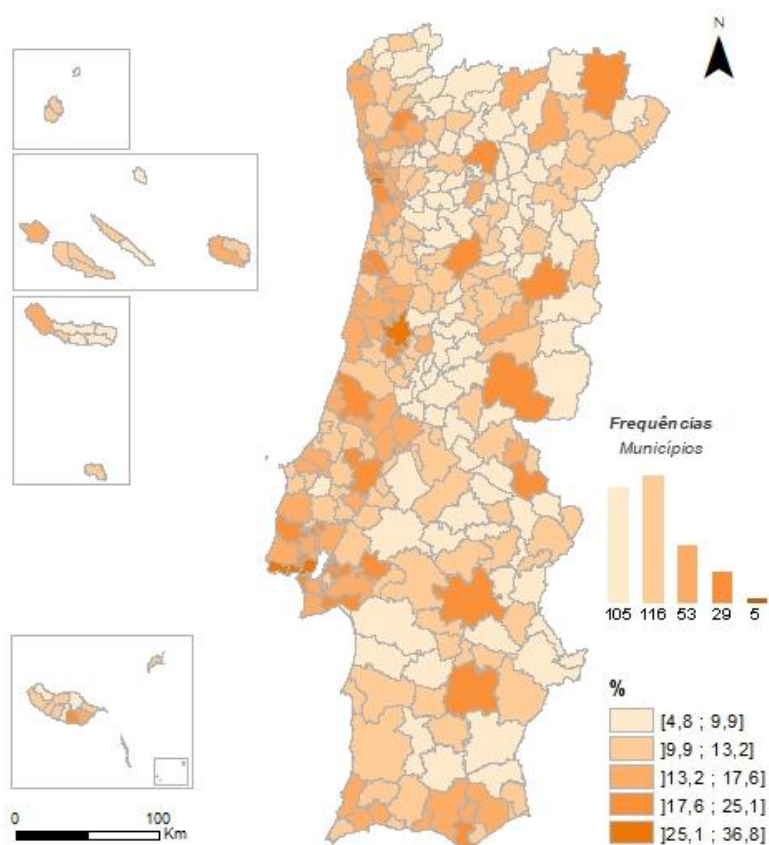
Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação



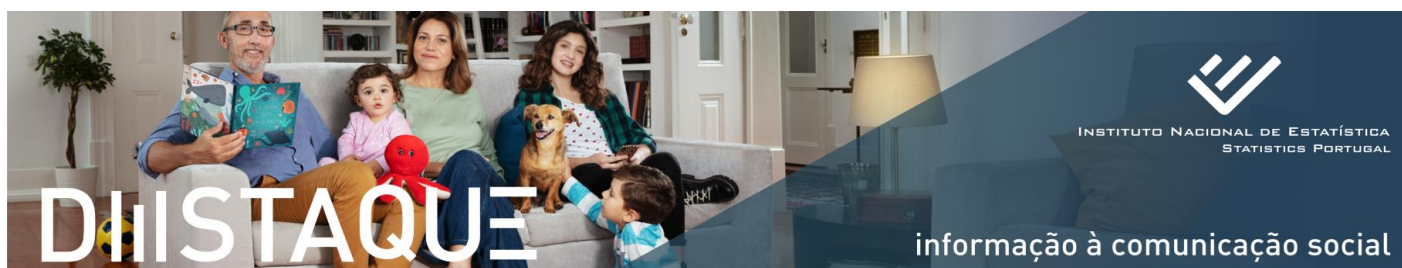
A análise da população com ensino superior completo, por município, evidencia um pequeno contraste entre o litoral e o interior do país, destacando-se com valores mais elevados alguns territórios na Área Metropolitana de Lisboa e na Área Metropolitana do Porto, bem como a maioria das sedes de distrito.

Os municípios onde a proporção de população com ensino superior é mais elevada são Lisboa (36,8%), Oeiras (33,1%), Porto (32,1%), Coimbra (30,7%), Cascais (28,2%) e Aveiro (25,1%). Em contrapartida, os municípios com as percentagens mais baixas de população com ensino superior são Pampilhosa da Serra (4,8%), Cinfães (5,8%) e Freixo de Espada à Cinta (6,4%).

Figura 17. População residente com ensino superior completo, 2021, Município (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação



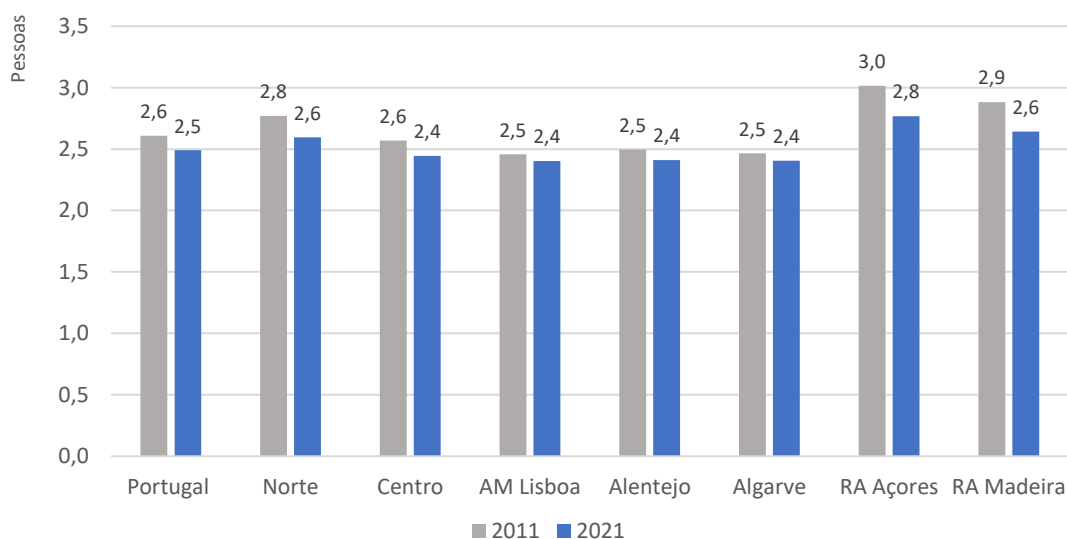
A dimensão média dos agregados domésticos diminuiu na última década

Em 2021 existem em Portugal 4 149 668 agregados domésticos privados² e 5 476 agregados institucionais³. Face a 2011 o número de agregados domésticos privados e os agregados institucionais aumentaram respetivamente 2,6% e 13,3%.

O número de agregados domésticos privados aumentou em todas as Regiões NUTS II, com exceção da região do Alentejo, onde o valor decresceu 3,7%.

Em 2021 a dimensão média dos agregados domésticos privados é de 2,5 pessoas, valor que se reduziu em 0,1 face ao valor de 2011. A Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira são as regiões NUTS II onde a dimensão média dos agregados domésticos privados é mais elevada com valores de 2,8 e 2,6 pessoas por agregado.

Figura 18. Dimensão média dos agregados domésticos privados, 2011 -2021, NUTS II



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

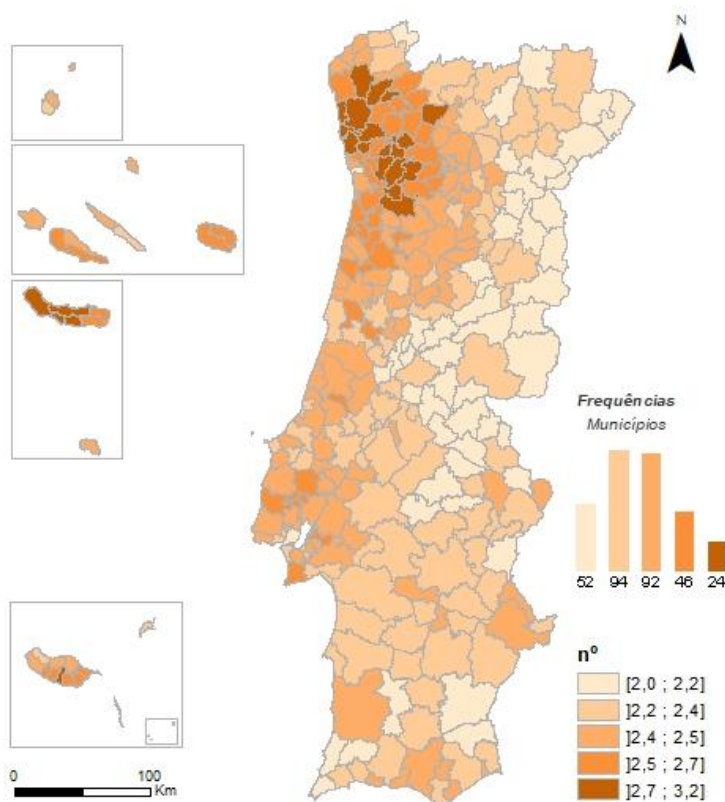
² Entende-se por agregado doméstico privado o conjunto de pessoas que tem a residência habitual no alojamento familiar ou a pessoa independente que ocupa um alojamento familiar. Nos Censos 2011 era utilizado o conceito de família clássica e não o conceito de agregado doméstico privado. Em 2011, um alojamento podia albergar mais do que uma família, embora essas situações fossem em número muito reduzido.

³ Conceito equivalente a Família Institucional nos Censos 2011 e que corresponde ao conjunto de pessoas residentes num alojamento coletivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, observa uma disciplina comum, é beneficiário dos objetivos de uma instituição e é governado por uma entidade interior ou exterior ao grupo.



A análise por município permite verificar que a dimensão média dos agregados domésticos privados é claramente superior em alguns municípios da Região Autónoma dos Açores e no litoral norte. Destacam-se os municípios de Ribeira Grande, Lagoa (RAA) e Vila Franca do Campo pela maior dimensão média dos agregados domésticos privados, com valores acima das 3 pessoas por agregado. Em contrapartida, os valores mais baixos registam-se essencialmente em municípios do interior norte e centro.

Figura 19. Dimensão média dos agregados domésticos privados, 2021, Município, (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

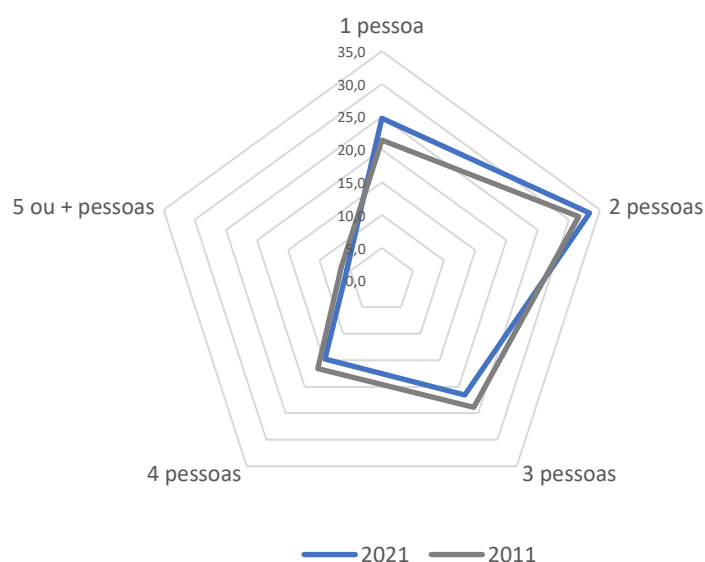
Na última década aumentou o número de pessoas que vivem sozinhas

Em 2021, a maior parte dos agregados domésticos privados é composta por 2 pessoas (33,3%). Os agregados unipessoais representam 24,8%, tendo o seu número aumentado na última década cerca de 18,6%.



Em contrapartida, os agregados de maior dimensão tem vindo a perder expressão. Os agregados com 4 pessoas representam 14,7% e os agregados com 5 pessoas têm um peso de apenas 5,6%, quando, em 2011, representavam 16,6% e 6,5%, respetivamente. Estas alterações ao nível da dimensão das estruturas familiares são resultado das tendências verificadas ao nível dos padrões de fecundidade, nupcialidade e divorcialidade e que concorrem para agregados domésticos mais pequenos.

Figura 20. Agregados domésticos privados por dimensão, 2011 -2021, (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Em termos regionais, a Área Metropolitana de Lisboa é a região do país onde os agregados domésticos com uma pessoa são mais representativos (28,2%), por oposição à Região Autónoma dos Açores onde esse valor é de 20,3%.

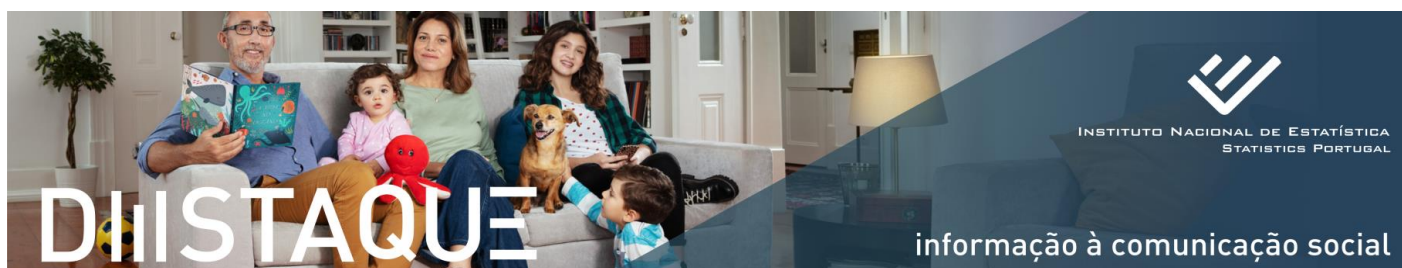
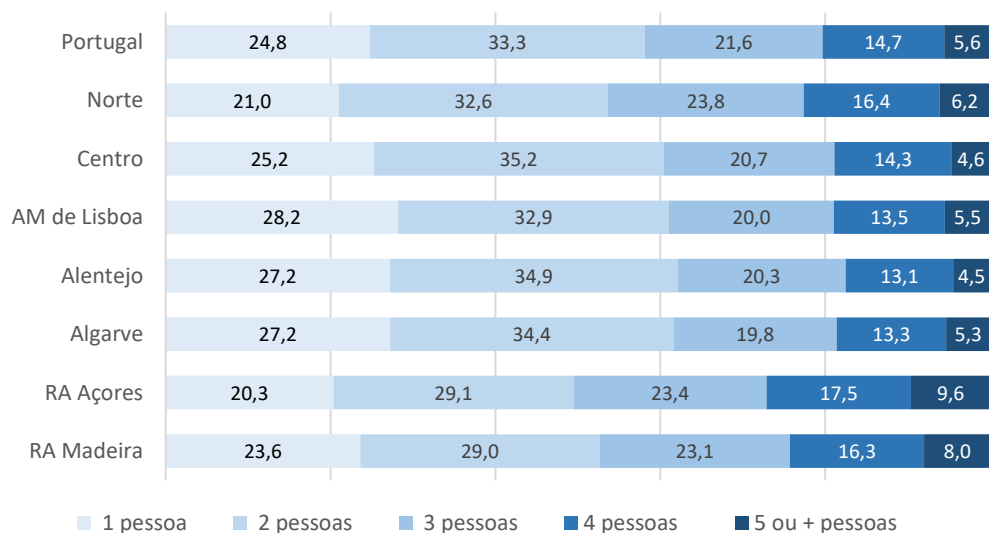


Figura 21. Agregados domésticos privados por dimensão, 2021, NUTS II, (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Portugal registou um crescimento do número de edifícios e de alojamentos destinados à habitação, embora num ritmo bastante inferior ao verificado em décadas anteriores

De acordo com os Resultados Provisórios dos Censos 2021, o número de edifícios destinados à habitação é de 3 573 416 e o de alojamentos de 5 981 485, valores que, face a 2011, representam um aumento de 0,8% e 1,7%, respetivamente.

O crescimento do parque habitacional entre 2011 e 2021 é significativamente inferior ao verificado na década anterior, quando os valores se situavam na ordem dos 12% para edifícios e os 16% para alojamentos.

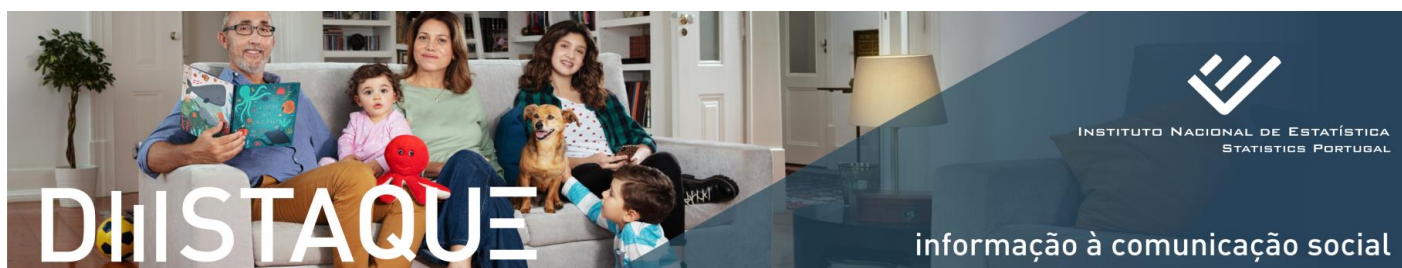
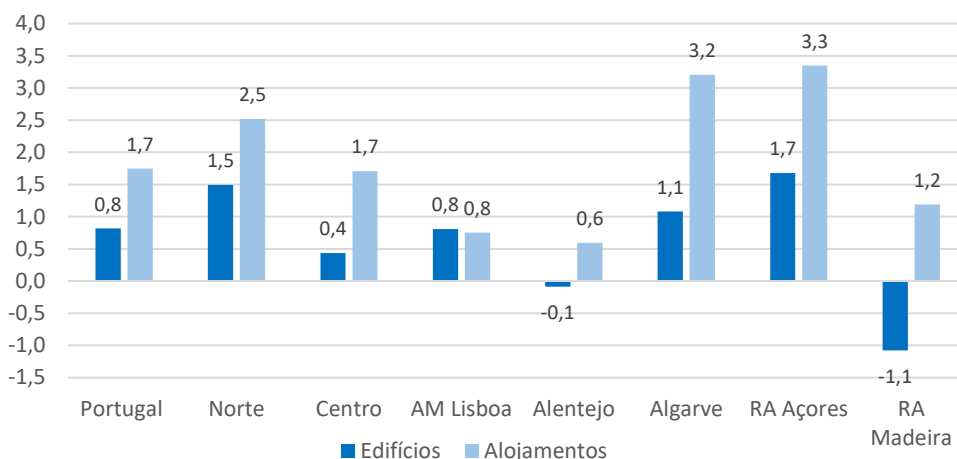


Figura 22. Variação do número de edifícios e alojamentos, 2011 -2021, NUTS II (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Em termos regionais, a Região Autónoma dos Açores e o Algarve são as regiões que registaram os maiores acréscimos no parque habitacional, com o número de edifícios destinados à habitação a crescer 1,7% e 1,1% e os alojamentos 3,3% e 3,2%, respetivamente. De referir que a região do Algarve foi também a região que registou o maior crescimento do parque habitacional na década anterior.

O número de alojamentos destinados à habitação aumenta na maioria dos municípios portugueses

Nos últimos 10 anos, o número de alojamentos destinados à habitação aumentou em 72% dos municípios portugueses (221 municípios).

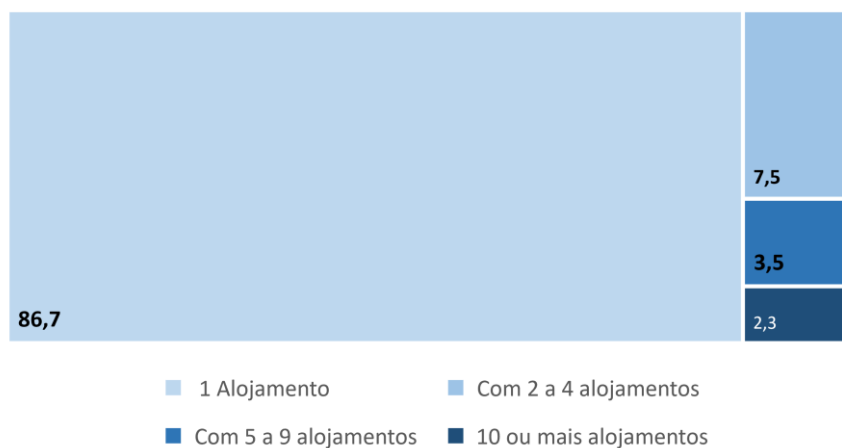
Os municípios de Madalena (R.A. Açores), Vizela, Campo Maior e Lousada foram os que registaram maior crescimento no número de alojamentos, com valores situados entre os 14,4% e os 7,4%. Em contrapartida, Tarouca, Penela e Coruche, foram os municípios onde se verificaram os decréscimos mais significativos, com o número de alojamentos a variar entre os -10,0% e -4,6%.



Edifícios com apenas um alojamento representam cerca de 87% do parque habitacional

Em 2021, a maioria do parque habitacional é composto por edifícios com apenas um alojamento (86,7%). Os edifícios com 2 a 4 alojamentos representam 7,5%, enquanto os edifícios de maior dimensão, com 10 ou mais alojamentos, correspondem apenas a 2,3% dos edifícios para fins habitacionais.

Figura 23. Edifícios por número de alojamentos, 2021, (%)

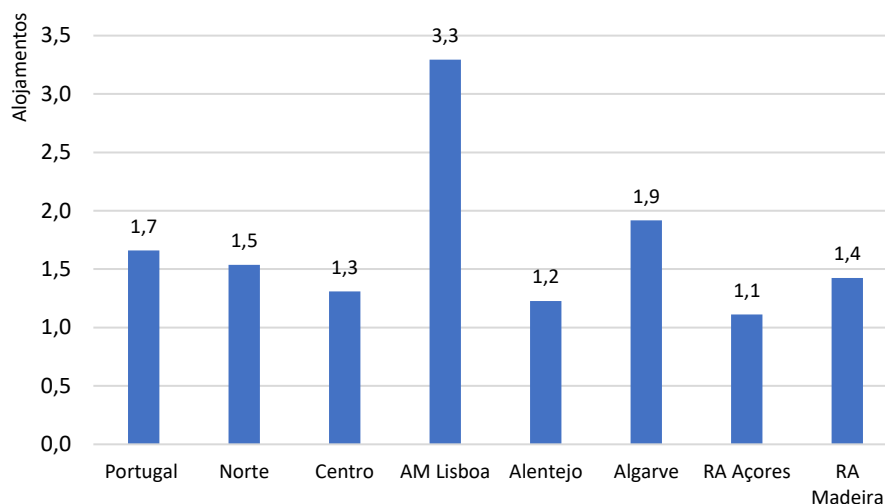


Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Em 2021, o número médio de alojamentos por edifício em Portugal é de 1,7 valor que se mantém desde 2011. A Área Metropolitana de Lisboa é a região que apresenta o valor mais elevado, 3,3 alojamentos por edifício, sendo na Região Autónoma dos Açores e no Alentejo que se registam os valores mais baixos, 1,1 e 1,2, respetivamente.



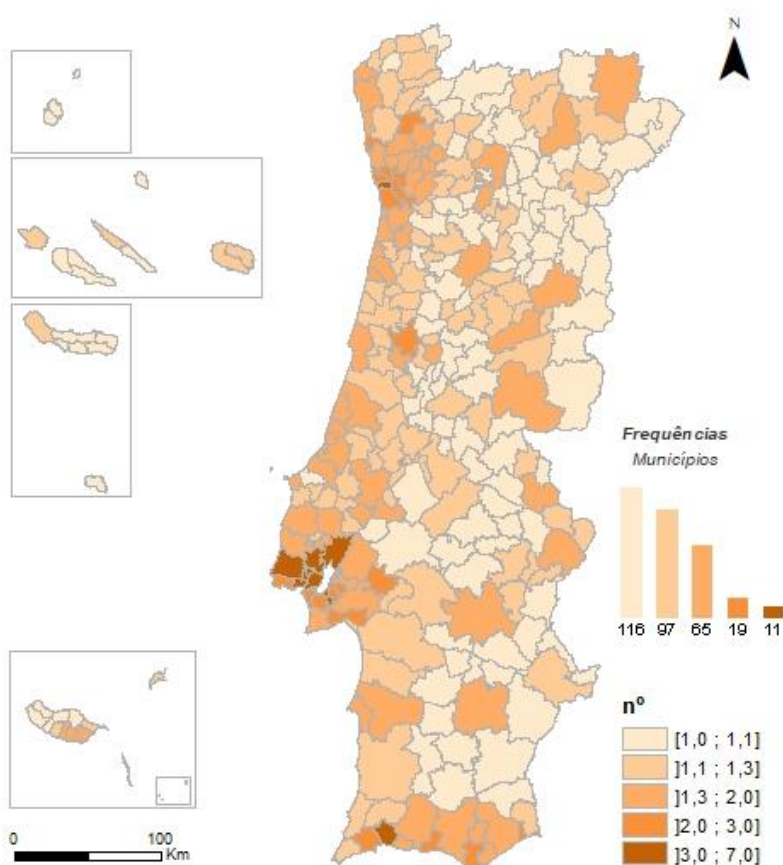
Figura 24. Número médio de alojamentos por edifício, 2021 – NUTSII



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

A análise por município evidencia um contraste entre o litoral e o interior do país, registando-se o número médio de alojamentos por edifício mais elevado nos municípios da Área Metropolitana de Lisboa e da Área Metropolitana do Porto, assim como na maioria das sedes de distrito.

Figura 25. Número médio de alojamentos por edifício, 2021, Município



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Amadora, Lisboa, Oeiras e Odivelas são os municípios que apresentam os valores mais elevados na dimensão média dos edifícios, entre 7 e 4,2 alojamentos por edifício. No extremo oposto, com os valores mais baixos destacam-se os municípios do Nordeste (RAA), Mora e Vimioso.

Na última década reforçou-se ligeiramente o peso da primeira habitação em detrimento das residências secundárias

Em 2021 os alojamentos familiares clássicos distribuem-se do seguinte modo: 4 143 043 residências habituais, 1 104 398 residências secundárias ou de uso sazonal e 723 214 alojamentos vagos.

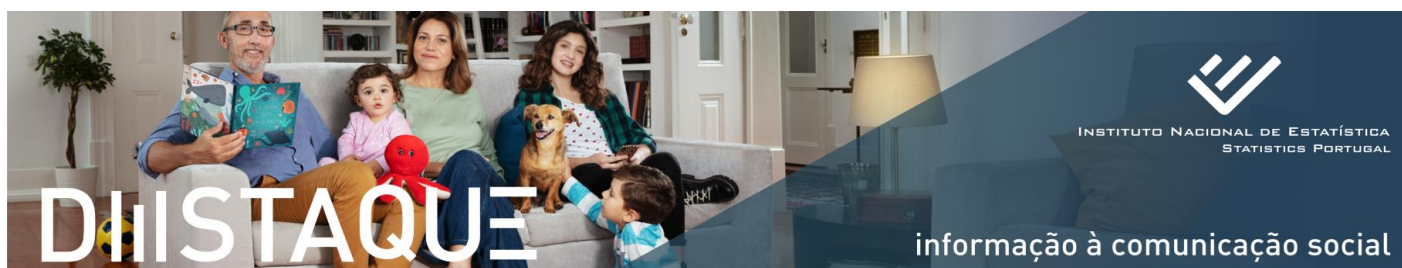
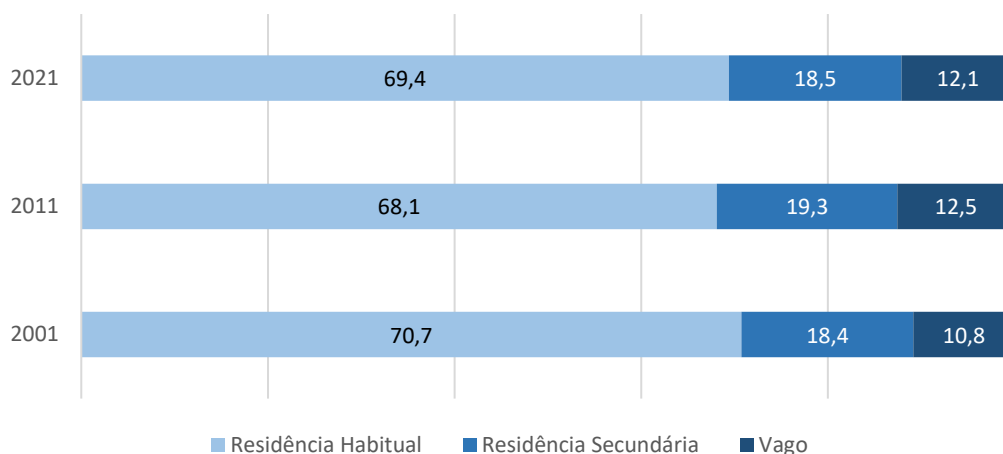


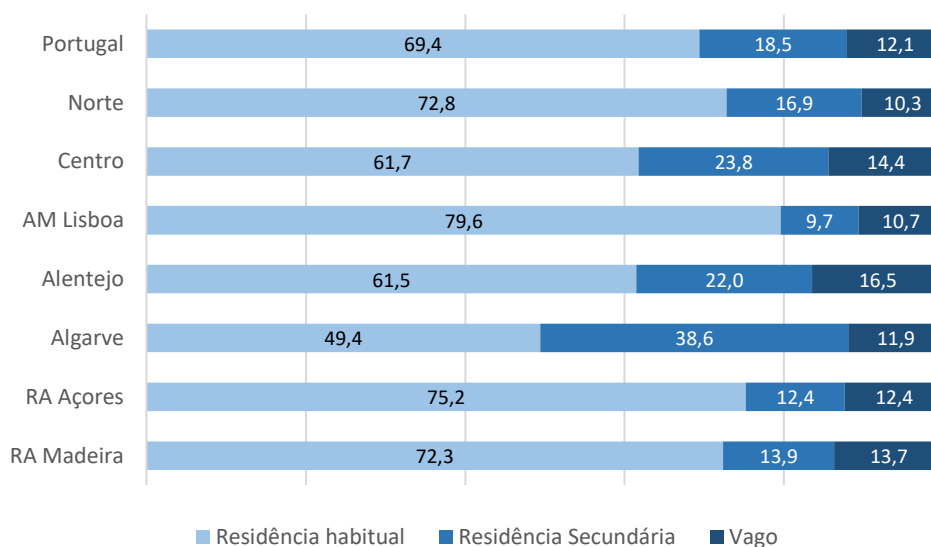
Figura 26. Evolução dos alojamentos familiares segundo a forma ocupação, 2001 - 2021, Portugal (%)



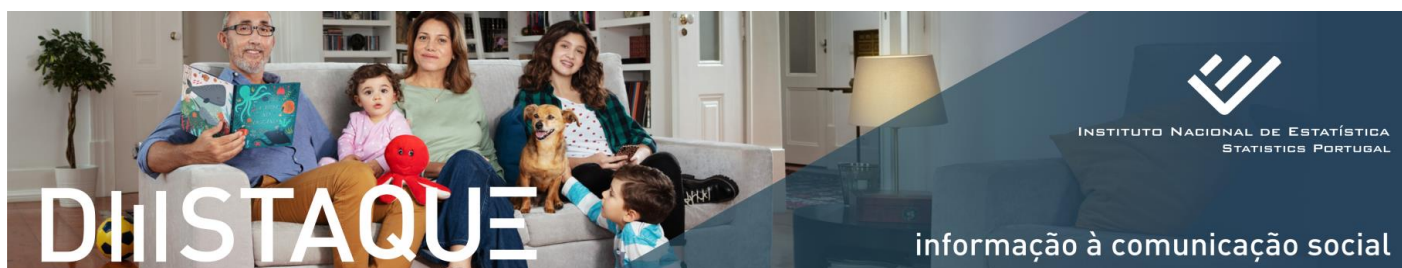
Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Na última década, a forma de ocupação dos alojamentos familiares sofreu ligeiras alterações. Em 2021, 69,4% dos alojamentos são destinados à primeira habitação, tendo este valor registado um acréscimo de 1,3 p.p. em relação a 2011. As residências secundárias perderam importância relativa em 0,8 p.p. e a proporção de alojamentos vagos decresceu 0,4 p.p.

Figura 27. Alojamentos familiares por forma de ocupação, NUTS II, 2021 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação



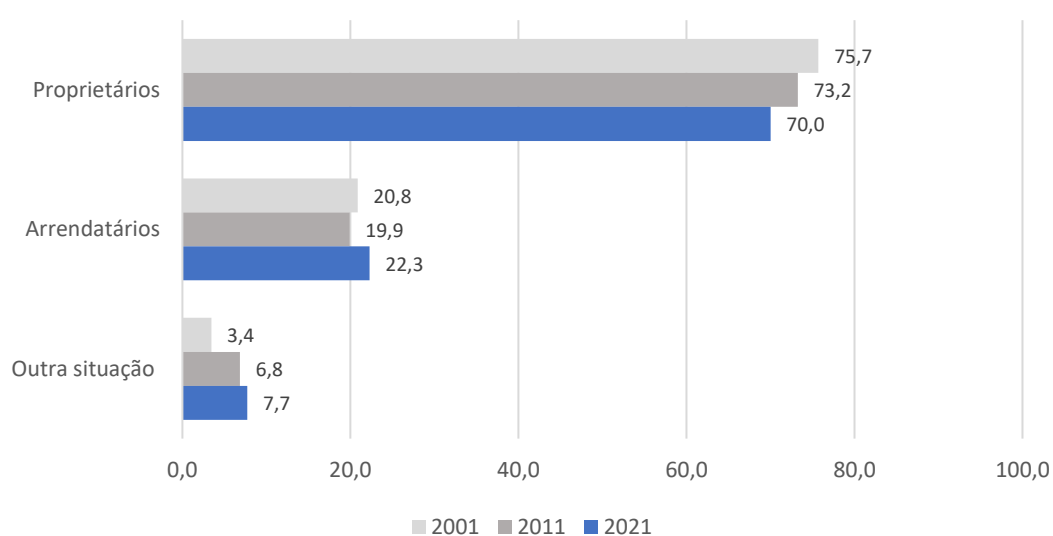
A nível regional, a Área Metropolitana de Lisboa é a região com a maior percentagem de alojamentos de residência habitual (79,6%), a par da menor percentagem de residências secundárias (9,7%). A região do Algarve, com 38,6%, destaca-se como a região com maior peso das residências secundárias, seguindo-se o Centro e o Alentejo com 23,8% e 22,0%, respetivamente.

No que respeita aos alojamentos vagos, a região do Alentejo regista a maior percentagem (16,5%), em oposição com a região Norte do país, a qual tem o menor peso relativo dos alojamentos vagos (10,3%).

70% dos alojamentos são ocupados pelo proprietário, embora a sua importância relativa tenha diminuído. Em contrapartida, o número de alojamentos arrendados aumentou 16% nos últimos 10 anos

Em 2021, a maioria dos alojamentos de residência habitual é ocupada pelo proprietário (70%), embora esta percentagem tenha vindo a decrescer ao longo das últimas décadas. A importância relativa dos proprietários decresceu 3,2 p.p. face a 2011 e 5,7 p.p. comparativamente a 2001.

Figura 28. Alojamentos familiares de residência habitual por condição de ocupação, 2001 -2021, (%)

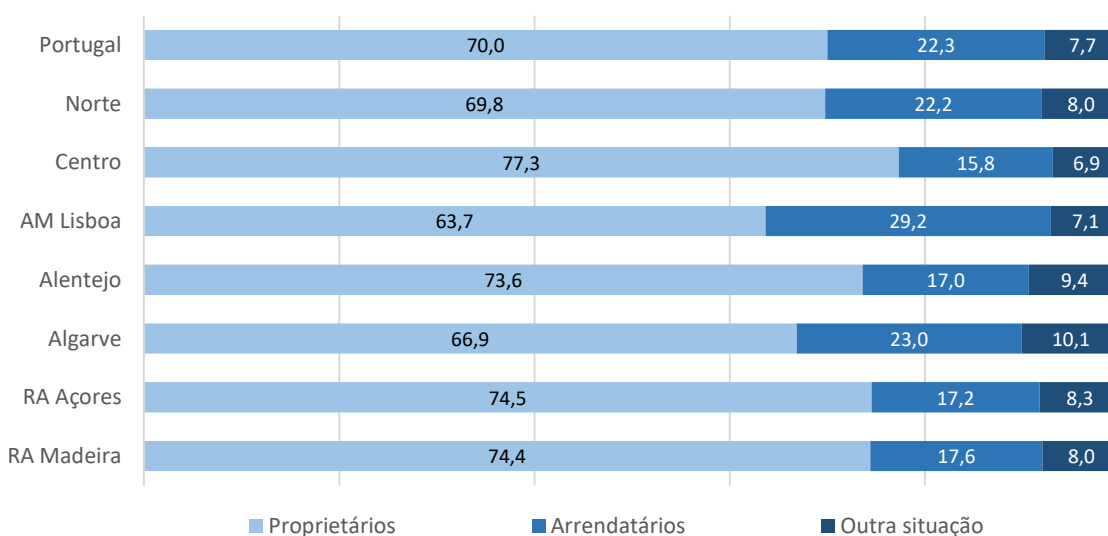


Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação



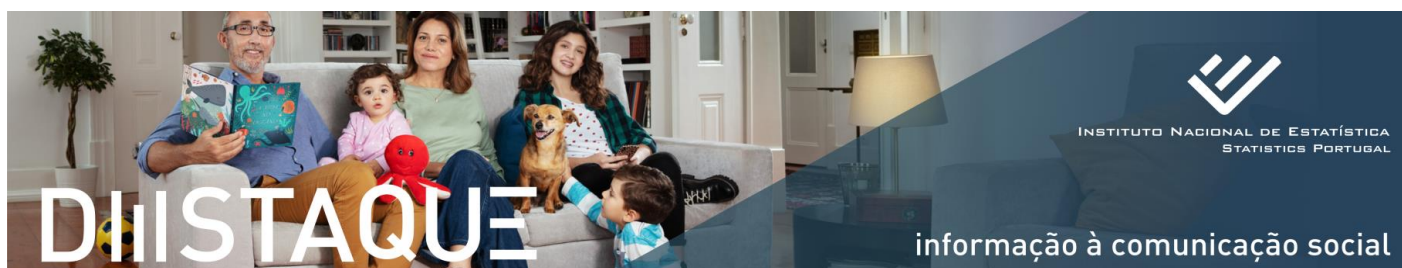
Por sua vez, os alojamentos ocupados em regime de arrendamento representam 22,3% do total e viram a sua importância reforçada em 2,4 p.p. face a 2011. Os alojamentos em outra situação de ocupação, onde se incluem, por exemplo, as cedências de habitação por empréstimo, correspondem, em 2021, a 7,7% dos alojamentos de residência habitual.

Figura 29. Alojamentos familiares de residência habitual por regime de propriedade, NUTS II, 2021 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

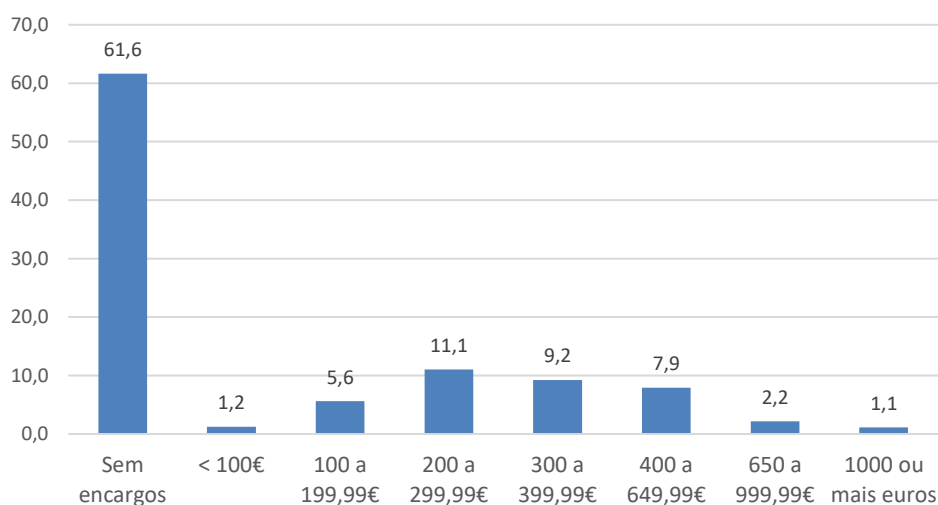
Por NUTS II, o Centro apresenta a maior percentagem de alojamentos ocupados pelo proprietário (77,3%), a par da proporção de alojamentos arrendados mais baixa (15,8%). Por sua vez, a Área Metropolitana de Lisboa destaca-se por ser o território onde o regime de arrendamento tem maior expressão, com 29,2% dos alojamentos ocupados por arrendatários. Segue-se o Algarve com 23% de alojamentos familiares arrendados e o Norte com 22,2%.



A maioria dos proprietários não tem encargos financeiros mensais relacionados com a aquisição da habitação

Os Censos 2021 - dados provisórios - mostram que ao nível dos alojamentos ocupados pelo proprietário, 61,6% não tem encargos financeiros resultantes da aquisição da habitação. Para os alojamentos em que existem encargos por compra, o valor do escalão mensal de encargos mais representativo é o dos “200 a 299,99 euros” com 11,1% e o dos “300 a 399,99 euros” com 9,2% do total de alojamentos ocupados pelo proprietário. O escalão mais baixo “Menos de 100 euros” mensais e o mais elevado “1 000 euros ou mais” representam apenas 1,2% e 1,1%, respetivamente.

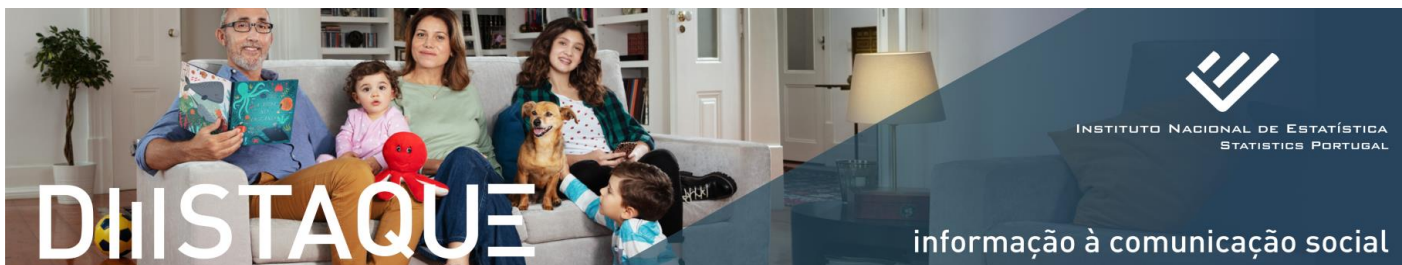
Figura 30. Alojamentos ocupados pelo proprietário, por valor dos encargos, 2021, (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

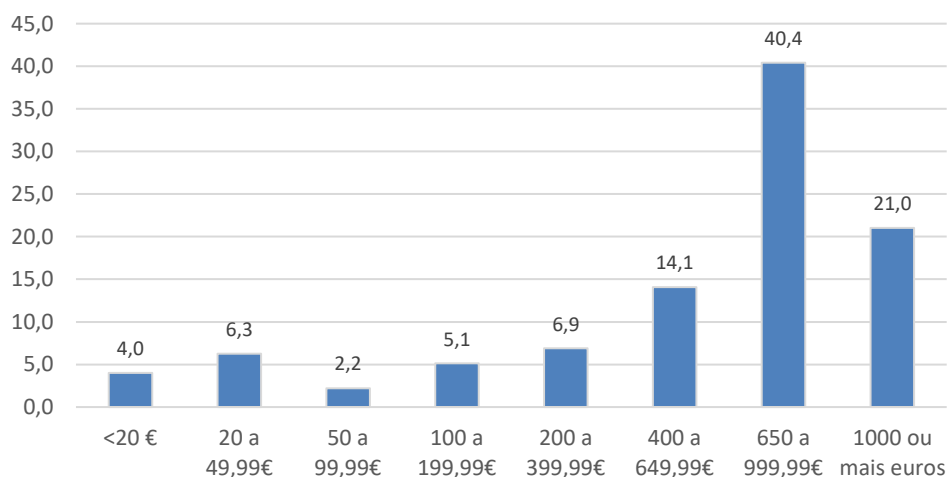
Em 21% dos alojamentos arrendados o valor da renda é superior a 1000 euros

No que respeita aos alojamentos familiares em regime de arrendamento, que totalizam 922 921 alojamentos, o escalão do valor mensal da renda com maior representatividade é o dos “650 euros aos 999,99 euros” com 40,4% dos alojamentos ocupados por arrendatários. As rendas mensais pertencentes



ao escalão “1000 euros ou mais” representam 21%, sendo que o escalão com as rendas mais baixas “Menos de 100 Euros” tem um peso 12,5%.

Figura 31. Alojamentos arrendados, por valor mensal da renda, 2021, (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação



NOTA METODOLÓGICA

Os Censos 2021 dão continuidade à mais longa e consistente série estatística nacional sobre a população e a habitação e foram realizados através de um inquérito exaustivo junto de toda a população com recurso a um processo de recolha de informação predominantemente digital.

Os Resultados Provisórios são resultado de uma fase intermédia do processo de tratamento e validação da informação e constituem o segundo momento de divulgação dos Censos 2021.

Os Resultados Provisórios dos Censos 2021 disponibilizam 17 indicadores estatísticos ao nível geográfico de freguesia, disponíveis no portal do INE e acessíveis a partir da Plataforma de Divulgação dos Censos 2021 – Resultados Provisórios em censos.ine.pt

Resultados Provisórios dos Censos 2021 - Indicadores disponíveis

- População residente (N.º) por Local de residência, Sexo e Grupo etário
- População residente (N.º) por Local de residência, Sexo e Estado civil
- População residente (N.º) por Local de residência, Sexo e Níveis de ensino
- População residente (N.º) por Local de residência, Sexo e Naturalidade
- População residente (N.º) por Local de residência, Sexo e Nacionalidade
- Agregados domésticos privados e institucionais (N.º) por Local de residência e Dimensão do agregado doméstico privado
- Edifícios (N.º) por Localização geográfica e Época de construção dos edifícios
- Edifícios (N.º) por Localização geográfica e Tipos de edifício clássico
- Edifícios (N.º) por Localização geográfica e Escalão de dimensão de alojamentos
- Alojamentos (N.º) por Localização geográfica e Tipo de alojamento
- Alojamentos familiares clássicos (N.º) por Localização geográfica e Forma de ocupação
- Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (N.º) por Localização geográfica e Regime de ocupação
- Alojamentos familiares clássicos de residência habitual propriedade dos ocupantes (N.º) por Localização geográfica e Escalão de encargos mensais
- Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (N.º) por Localização geográfica e Escalão do valor mensal de renda da habitação
- Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (N.º) por Localização geográfica e Escalão de área útil
- Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (N.º) por Localização geográfica e Existência de lugar de estacionamento ou garagem
- Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (N.º) por Localização geográfica e Existência de ar condicionado

Informação metodológica detalhada disponível em www.ine.pt, opção Produtos, Sistema de Metainformação.